

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Tecidos Norte de Minas – COTEMINAS (“Companhia”) é uma companhia aberta sediada em Montes Claros – MG e que tem por objeto social a produção e a comercialização de fios e tecidos em geral, importação e exportação, podendo participar do capital de outras empresas e adquirir títulos negociáveis no mercado de capitais. As ações da Companhia são negociadas na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros sob os códigos “CTNM3” e “CTNM4”.

A Companhia é controladora da Springs Global Participações S.A. (“SGPSA”), que é controladora da Coteminas S.A. (“CSA”) e da Springs Global US, Inc. (“SGUS”), companhias que concentram as atividades industriais na área de artigos de cama e banho, anteriormente desenvolvidas pela Companhia e pela Springs Industries Inc. (“SI”) respectivamente. Em 30 de abril de 2009, a SGPSA adquiriu participação na empresa Springs e Rossini Participações S.A. (“SRPSA”), controladora da MMartan Têxtil Ltda (“MMartan”). A partir de agosto de 2011, iniciou as atividades varejo de cama, mesa e banho, operando sob a marca Artex através da controlada American Sportswear Ltda. (“ASW”). Em 1º de janeiro de 2013, como forma de consolidação das operações de varejo da SGPSA, a Controlada ASW incorporou a controlada SRPSA e a controlada indireta MMartan, e alterou sua razão social para AMMO Varejo Ltda. (“AMMO”).

A Companhia também é controladora da Oxford Comércio e Participações S.A., que é controladora da Companhia Tecidos Santanense (“CTS”), uma companhia aberta que tem por objeto social a indústria têxtil; atividades afins; confecção e comercialização de produtos para o vestuário, inclusive uniformes profissionais; acessórios e equipamentos de proteção individual - EPI, destinados à segurança do trabalho.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 25 de março de 2014.

Conforme determinado pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e legislação societária, a Companhia apresenta suas demonstrações financeiras consolidadas elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (“IASB”), bem como as práticas contábeis adotadas no Brasil e estão identificadas como “Consolidado”.

As demonstrações financeiras da controladora foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas previstas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) aprovados pela CVM e estão identificadas como “Controladora”. Essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos

investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins das IFRS os investimentos seriam avaliados pelo custo ou pelo valor justo.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e pela CVM que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013.

2.1 – Conversão de saldos em moeda estrangeira

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras de cada controlada incluída na consolidação da Companhia e aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas usando-se a moeda funcional de cada entidade. A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional de cada uma de suas controladas a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido.

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

b) Conversão dos saldos

Os resultados e a posição financeira de todas as controladas incluídas no consolidado que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação são convertidos pela moeda de apresentação, conforme abaixo:

- i) os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras consolidadas;
- ii) as contas de resultado são convertidas pela taxa mensal do câmbio; e
- iii) todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no patrimônio líquido, na rubrica “Ajuste acumulado de conversão” e são apresentadas como outros resultados abrangentes na demonstração do resultado abrangente.

2.2 – Práticas contábeis

Os principais critérios adotados na elaboração das demonstrações financeiras são como segue:

(a) Apuração do resultado--O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros como receitas e despesas financeiras no resultado. Os ganhos e perdas extraordinários e as transações e provisões que envolvem ativos permanentes são registradas em lucros e perdas como “Outras, líquidas”.

(b) Instrumentos financeiros não derivativos--Os instrumentos financeiros não derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber e outros recebíveis de curto e longo prazo, empréstimos e financiamentos, fornecedores, outras contas a pagar além de outros instrumentos de dívida e patrimônio. Os instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor

justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados a cada data de balanço, de acordo com a sua classificação, que é definida no reconhecimento inicial com base nos propósitos para os quais foram adquiridos ou emitidos.

Os instrumentos financeiros classificados no ativo se enquadram na categoria de “Empréstimos e recebíveis” e juntamente com os passivos financeiros, após seu reconhecimento inicial pelo seu valor justo, são mensurados com base no custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

A Companhia não possui ativos financeiros não derivativos, classificados nas seguintes categorias: (i) mantidos para negociação; (ii) mantidos até o vencimento; e (iii) disponíveis para venda. Também não possui passivos financeiros não derivativos classificados na categoria “Valor justo por meio do resultado”.

(c) Instrumentos financeiros derivativos--Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, posteriormente, a variação de seu valor justo é registrada no resultado, exceto quando há designação do derivativo para hedge de fluxo de caixa, que deverá seguir o método de contabilização descrita para hedge de fluxo de caixa.

O instrumento financeiro derivativo é classificado como hedge de fluxo de caixa quando objetiva proteger a exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que sejam atribuíveis tanto a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido quanto a uma operação altamente provável de se realizar ou ao risco de taxa de câmbio de um compromisso firme não reconhecido.

No início da contratação de um derivativo destinado para hedge, a Companhia designa e documenta formalmente o item objeto de hedge, assim como o objetivo da política de risco e a estratégia da transação de hedge. A documentação inclui a identificação do instrumento de cobertura, o item ou transação a ser protegida, a natureza do risco a ser protegido e como a entidade vai avaliar a efetividade do instrumento de hedge na compensação da exposição a variações no valor justo do item coberto ou dos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto. O objetivo é que tais instrumentos de hedge sejam efetivos para compensar as alterações no valor justo ou fluxos de caixa e são avaliados em uma base contínua para determinar se eles realmente têm sido efetivos durante todo o período para os quais foram designados.

A parcela efetiva do ganho ou perda na variação do valor justo do instrumento de hedge é reconhecida diretamente no patrimônio líquido na rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial”, enquanto qualquer parcela inefetiva é imediatamente reconhecida como receita ou despesa financeira no resultado do período.

Os montantes classificados no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial são alocados ao resultado a cada período em que o item objeto do hedge afetar o resultado, retificando o valor da despesa objeto do hedge.

Se o compromisso firme não tiver mais expectativa de ocorrer, os montantes anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido são alocados para o resultado. Se o instrumento de cobertura de hedge expira ou é vendido, finalizado ou exercido sem substituição ou rolagem, ou se a sua designação como um hedge é revogado, os

montantes anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido são alocados ao resultado.

(d) Caixa e equivalentes de caixa--Incluem saldos em caixa, depósitos bancários à vista, numerários em trânsito e as aplicações financeiras. Possuem vencimentos inferiores a 90 dias (ou sem prazos fixados para resgate) com liquidez imediata, e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros não derivativos mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do período.

(e) Títulos e valores mobiliários--Representados por aplicações financeiras de liquidez imediata e com vencimento superior a 90 dias e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Os títulos e valores mobiliários são classificados como ativos financeiros não derivativos, mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do período.

(f) Duplicatas a receber de clientes e provisão para devedores duvidosos--As duplicatas a receber de clientes são apresentadas líquidas da provisão para devedores duvidosos, a qual é constituída com base em análise dos riscos de realização dos créditos, em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. As duplicatas a receber de longo prazo são ajustadas a valor presente com base nas taxas de juros de mercado ou nas taxas de juros da transação e as de curto prazo quando os efeitos são relevantes. As duplicatas a receber de clientes são classificadas como ativos financeiros não derivativos mensurados ao custo amortizado.

(g) Estoques--São avaliados ao custo médio de aquisição ou produção que são inferiores aos valores de realização líquida e estão demonstrados líquidos da provisão para perdas com itens descontinuados e/ou obsoletos. Os valores de realização líquida são os preços estimados de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão de fabricação e despesas de vendas diretamente relacionadas.

(h) Imobilizado disponível para venda--Referem-se substancialmente a máquinas e equipamentos fora de uso. São mensurados pelo seu valor justo menos despesas de vendas, quando este for menor do que os valores residuais contábeis.

(i) Investimentos--Os investimentos em controladas e coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base em balanço patrimonial levantado pelas respectivas controladas na mesma data-base da controladora. O valor do patrimônio líquido de controladas sediadas no exterior é convertido para Reais com base na taxa corrente de sua moeda funcional e a variação cambial apurada é registrada na conta de "Ajuste acumulado de conversão" no patrimônio líquido, também demonstrado como outros resultados abrangentes.

(j) Combinação de negócios--O custo da entidade adquirida é alocado aos ativos adquiridos e passivos assumidos, baseado nos seus valores justos estimados na data de aquisição. Qualquer diferença, entre o custo da entidade adquirida e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, é registrada como ágio.

(k) Gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos--São reconhecidos como despesas quando incorridos.

(l) Arrendamento mercantil--Os arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa linearmente durante o prazo do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa do padrão de tempo no qual os benefícios econômicos do ativo

arrendado são consumidos. Os aluguéis contingentes, tanto para os arrendamentos financeiros como para os operacionais, são reconhecidos no resultado quando incorridos. A controlada indireta SGUS constitui provisão para custos de arrendamento não recuperáveis, que consiste na estimativa do valor presente das obrigações futuras de arrendamento mercantil (cujos contratos continuaram vigentes após o fechamento de unidades arrendadas), líquido dos subarrendamentos já contratados e de uma receita estimada de subarrendamento das demais unidades fechadas que ainda não foram subarrendadas.

(m) Imobilizado--Registrado pelo custo de aquisição ou construção. As depreciações são computadas pelo método linear com base nas taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Os gastos incorridos que aumentam o valor ou estendem a vida útil estimada dos bens são incorporados ao seu custo; gastos relativos à manutenção e reparos são lançados para resultado quando incorridos. A vida útil estimada dos itens do imobilizado é conforme segue:

	Vida útil
Edifícios	40 anos
Instalações	15 anos
Equipamentos	15 anos
UHE Porto Estrela	35 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Computadores e periféricos	5 anos

O valor residual e a vida útil dos ativos são avaliados pela Administração da Companhia pelo menos ao final de cada exercício.

(n) Intangível--Refere-se a marcas adquiridas, pontos comerciais e ágios decorrentes da aquisição de empresas. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados linearmente durante o período de vida útil estimado. Os ativos intangíveis cuja vida útil não se pode determinar são avaliados pelo seu valor recuperável anualmente ou na ocorrência de fato que justifique sua avaliação.

(o) Avaliação do valor recuperável dos ativos--Os bens do imobilizado, os intangíveis e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente ou sempre que as circunstâncias indicarem que o valor contábil talvez não seja recuperável. Na ocorrência de uma perda decorrente desta avaliação a mesma será reconhecida ao resultado do exercício. As perdas com o ativo imobilizado reconhecidas em outros períodos poderão ser revertidas sempre que houver uma avaliação ou evidência confiável de o valor do ativo tenha se recuperado. A reversão é reconhecida no resultado do exercício e não ultrapassa o valor reconhecido anteriormente como provável perda.

(p) Imposto de renda e contribuição social--A provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro é calculada à alíquota de aproximadamente 34% sobre o resultado tributável e registrada líquida da parcela relativa à redução do imposto de renda. O saldo da provisão no passivo é demonstrado líquido das antecipações efetuadas no período, se aplicável. Para as controladas sediadas no exterior, a alíquota de imposto varia de 35% a 38%, de acordo com a legislação vigente em cada país.

(q) Imposto de renda e contribuição social diferidos--São registrados imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os saldos do prejuízo fiscal e das diferenças temporárias decorrentes de provisões registradas contabilmente, que, de acordo com as

regras fiscais existentes, serão dedutíveis ou tributáveis somente quando realizadas. Somente é reconhecido um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos quando há expectativa de lucro tributável futuro.

(r) Provisões diversas--É constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas. Os depósitos judiciais relativos às provisões estão apresentados no ativo não circulante.

(s) Planos de aposentadoria complementar--Os custos associados aos planos são reconhecidos pelo regime de competência com base em cálculos atuariais. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em "Ajustes de avaliação patrimonial" quando incorridos.

(t) Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação--O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo do período atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação. O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação para presumir a conversão de ações potenciais a serem emitidas. A Companhia não apurou potencial de emissão de novas ações e, portanto, de diluição do lucro (prejuízo) por ação.

(u) Atualizações monetárias e cambiais--Os ativos e passivos sujeitos a atualizações monetárias ou cambiais estão atualizados monetariamente até a data do balanço, de acordo com as taxas publicadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN ou pelos índices contratualmente estipulados. Os ganhos e as perdas cambiais e as variações monetárias são reconhecidos no resultado do período, exceto pelos ganhos e perdas cambiais sobre os investimentos em subsidiária no exterior, os quais são reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica "Ajuste acumulado de conversão".

(v) Reconhecimento de receita--A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações incondicionais concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas: (i) a Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos; (ii) a Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos; (iii) o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; (iv) é provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia; e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

(w) Demonstrações do Valor Adicionado ("DVA")--Essas demonstrações tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. São apresentadas pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as normas das IFRS. As DVAs foram preparadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras.

(x) Acionista controlador e não controlador--Nas demonstrações financeiras, "acionista controlador" representa todos os acionistas da Companhia e "não controlador" representa a participação dos acionistas minoritários nas controladas da Companhia.

2.3 – Uso de estimativas

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à seleção da vida útil do ativo imobilizado, estimativa do valor de recuperação de ativos de vida longa, provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas, determinações de provisões para imposto de renda, determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) e outras similares, estimativas referentes a seleção da taxa de juros, retorno esperado dos ativos e escolha da tabela de mortalidade e expectativa de aumento dos salários aplicados aos cálculos atuariais. O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas.

2.4 – Critérios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da controladora e das seguintes empresas controladas:

	Participação direta e indireta no capital total - %	
	2013	2012
Coteminas International Ltd.	100,00	100,00
Companhia de Tecidos Norte de Minas – Coteminas (Sucursal Argentina)	100,00	100,00
Springs Global Participações S.A.	52,92	61,51
Oxford Comércio e Participações S.A.	58,88	58,88
Companhia Tecidos Santanense	52,65	52,65

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas, segundo suas respectivas naturezas, complementado com a eliminação dos investimentos nas empresas controladas, dos lucros não realizados e dos saldos das contas entre as empresas incluídas na consolidação. O efeito da variação cambial sobre os investimentos no exterior está destacado na demonstração das mutações do patrimônio líquido na rubrica “Ajuste acumulado de conversão”. As práticas contábeis das controladas sediadas no exterior foram ajustadas para as mesmas práticas contábeis da controladora. Foi destacada, do patrimônio líquido e do resultado, a participação dos acionistas não controladores.

A controlada SGPSA, controladora da CSA, SGUS e da AMMO, com 100% do capital social das respectivas companhias, foi incluída no processo de consolidação a partir de suas demonstrações financeiras já consolidadas.

A controlada Oxford Comércio e Participações S.A., controladora da CTS com 85,9% de seu capital social, foi incluída no processo de consolidação a partir de suas demonstrações financeiras já consolidadas.

As demonstrações financeiras das empresas controladas sediadas no exterior foram convertidas para Reais, com base na taxa corrente do Dólar vigente em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, para as contas do balanço patrimonial e pela taxa média mensal para as contas de resultado conforme segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>Variação</u>
Taxa fechamento:			
31 de dezembro	2,3426	2,0435	14,6%
Taxa média:			
31 de dezembro (12 meses)	2,1741	1,9588	11,0%

2.5 – Novas IFRS, revisões das IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação das Normas Internacionais de Relatório Financeiro do IASB).

a) Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção obrigatória para os períodos iniciados após 1º de janeiro de 2013. Esses novos procedimentos não geraram efeitos nas demonstrações financeiras, exceto pela adoção do CPC 33(R1) e IAS19 (revisado 2011) – Benefícios aos empregados, cujos efeitos estão detalhados na nota explicativa número 27.

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>
IAS 28 (Revisada 2011) e CPC 18(R2) - Investimentos em Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto	Revisão da IAS 28 para incluir as alterações introduzidas pelas IFRSs 10, 11 e 12.
IAS 27 (Revisada 2011) e CPC 35(R2) - Demonstrações Financeiras Separadas	Requerimentos da IAS 27 relacionados às demonstrações contábeis consolidadas são substituídos pela IFRS 10. Requerimentos para demonstrações contábeis separadas são mantidos.
IFRS 10 e CPC 36(R3) - Demonstrações Financeiras Consolidadas	Substituiu a IAS 27 em relação aos requerimentos aplicáveis às demonstrações contábeis consolidadas e a SIC 12. A IFRS 10 determinou um único modelo de consolidação com base em controle, independentemente da natureza do investimento.
IFRS 11 e CPC 19(R2) – Negócios em Conjunto	Eliminou o modelo de consolidação proporcional para as entidades com controle compartilhado, mantendo apenas o modelo pelo método da equivalência patrimonial. Eliminou também o conceito de “ativos com controle compartilhado”, mantendo apenas “operações com controle compartilhado” e “entidades com controle compartilhado”.
IFRS 12 e CPC 45 - Divulgações de Participações em Outras Entidades	Expande os requerimentos de divulgação de investimentos nas entidades que a Sociedade possui influência significativa.
IFRS 13 e CPC 46 - Mensuração do Valor Justo	Substitui e consolida todas as orientações e requerimentos relacionados à mensuração ao valor justo contidos nos demais pronunciamentos das IFRSs em um único pronunciamento. A IFRS 13 define valor justo e orienta como determinar o valor justo e os requerimentos de divulgação relacionados à mensuração do valor justo. Entretanto, ela não introduz nenhum novo requerimento nem alteração com relação aos itens que devem ser mensurados ao valor justo, os quais permanecem nos pronunciamentos originais.
IAS 19 (Revisada 2011) e CPC 33 (R1) - Benefícios aos Empregados (Vide nota explicativa nº27)	Eliminação do enfoque do corredor (“corridor approach”), sendo os ganhos ou as perdas atuariais reconhecidos como outros resultados abrangentes para os planos de pensão e o resultado para os demais benefícios de longo prazo, quando incorridos, entre outras alterações.

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>
Alterações à IFRS 1 – Empréstimos Subsidiados pelo Governo	Introduz requerimento de que as alterações à norma IAS 20 de 2008 sejam aplicadas de forma prospectiva na data ou após a data de transição para as IFRSs. No entanto, se a entidade obteve informação necessária para a aplicação do requerimento aplicável aos empréstimos subsidiados pelo governo como resultado de uma transação passada na data da contabilização inicial do empréstimo, ela poderá optar pela aplicação da norma IAS 20 de forma retrospectiva.
Demonstrações Financeiras Consolidadas, Acordos de Participação e Divulgação das Participações em Outras Entidades: Orientação para a Transição – Alterações às normas IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12	As alterações esclarecem os procedimentos de transição da norma IFRS 10 “Demonstrações Financeiras Consolidadas”, bem como a simplificação da transição para as normas IFRS 10, IFRS 11 “Acordos de Participação” e IFRS 12 “Divulgações de Participações em Outras Entidades”, limitando o requerimento de divulgação comparativa ajustada apenas para o exercício comparativo mais recente. Adicionalmente, para as divulgações relacionadas com as entidades não consolidadas, as alterações eliminarão o requerimento de apresentação das informações comparativas para períodos anteriores à adoção inicial da norma IFRS 12.
Alterações à IAS 1 - Apresentação dos Outros Resultados Abrangentes	Introduz o requerimento de que os itens registrados em outros resultados abrangentes sejam segregados e totalizados entre itens que são e os que não são posteriormente reclassificados para lucros e perdas.
Alterações à IFRS 7 – Divulgações – Compensação de Ativos e Passivos Financeiros	Introduz requerimentos de divulgação de informações sobre todos os instrumentos financeiros que são compensados conforme permitidos pelo IAS 32.
Melhorias anuais às IFRSs: Ciclo 2009–2011	Alterações em diversas normas.

b) Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção obrigatória para os períodos iniciados após 31 de dezembro de 2013. Todavia, não foi permitida a adoção antecipada dessas normas, interpretações e alterações de normas:

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
IFRS 9 (conforme alterada em 2010) – Instrumentos Financeiros(*)	Emitida em novembro de 2009 e alterada em outubro de 2010, introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2015.
Data Efetiva Mandatória e Divulgações de Transição – IFRS 9 e IFRS 7(*)	Altera a data de aplicação da IFRS 9 para exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2015 e altera os requerimentos de transição da IAS 39 para a IFRS 9.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2015 (IFRS 9) e requerimentos de transição para adoção antecipada da IFRS 9.
Substituição de Contraparte em Operações de Derivativos e Continuidade da Contabilidade de Hedge – Alterações à Norma IAS 39 (*)	As alterações permitem que a contabilidade de hedge seja mantida quando houver substituição de contraparte nas operações de derivativos, desde que determinados critérios sejam atendidos.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2014.

Divulgações do Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros – Alterações à norma IAS 36 (*)	As alterações restringem o requerimento de divulgação do valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa apenas para períodos em que houver perda ou reversão de perda no valor recuperável dos ativos e expandem e esclarecem os requerimentos de divulgação aplicáveis quando o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa for determinado com base no valor justo menos os custos de venda do ativo ou unidade geradora de caixa.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2014.
Alterações à IAS 32 – Compensação de Ativos e Passivos Financeiros(*)	Fornecer esclarecimentos sobre a aplicação das regras para compensação de ativos e passivos financeiros.	Aplicável a exercícios e períodos com início em ou após 1º de janeiro de 2014. Aplicação deve ser retroativa.
Entidades de Investimento – alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 (*)	As alterações às normas IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 introduzem o conceito de “Entidade de Investimento” nas IFRSs. As alterações estabelecem ainda uma exceção ao princípio geral de consolidação para Entidades de Investimento conforme a norma IFRS 10, introduzindo o requerimento de mensuração ao valor justo através do resultado de determinadas subsidiárias, em substituição à consolidação. Adicionalmente, as alterações determinam as divulgações requeridas para as entidades que atendem à definição de Entidade de Investimento.	Aplicável a exercícios ou períodos com início em ou após 1º de janeiro de 2014.
Interpretação IFRIC 21 – Taxas (*)	Fornecer orientações sobre quando reconhecer um passivo para uma taxa imposta pelo governo ou entidade governamental, tanto para taxas que são contabilizadas de acordo com a norma IAS 37 quanto para aquelas em que há certeza com relação ao momento de contabilização e ao valor da taxa.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2014.
Melhorias anuais às IFRSs: Ciclo 2010–2012	Alterações em diversas normas.	Aplicável a exercícios ou períodos com início em ou após 1º de julho de 2014.
Melhorias anuais às IFRSs: Ciclo 2011–2013	Alterações em diversas normas.	Aplicável a exercícios ou períodos com início em ou após 1º de julho de 2014.

(*) O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correspondentes às IFRS novas e revisadas e às IFRICs. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
CDB – pós-fixado	-	678	-	36.213
Operações compromissadas(*)	-	-	9.469	12.211
Cambiais no exterior (US\$)	-	-	2.442	2.907
Depósitos no exterior	-	-	112.736	83.051
Depósitos em contas correntes	1.410	586	31.960	12.231
	-----	-----	-----	-----
	1.410	1.264	156.607	146.613
	=====	=====	=====	=====

(*) Os rendimentos das aplicações financeiras variam de 90% a 100% das taxas que remuneram os Certificados de Depósitos Bancários – CDI.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado	
	2013	2012
Fundo de investimento – US\$	6.318	10.796
Depósito restrito	1.192	1.580
Depósitos no exterior	-	27.374
	-----	-----
	7.510	39.750
	=====	=====

5. DUPLICATAS A RECEBER

	Consolidado	
	2013	2012
Clientes no mercado interno	493.873	465.418
Clientes no mercado externo	115.907	100.328
Operadoras de cartão de crédito	19.247	9.742
Partes relacionadas		
Mercado interno	3.876	8.148
Mercado externo	1.312	540
	-----	-----
	634.215	584.176
Provisão para devedores duvidosos	(29.619)	(37.548)
	-----	-----
	604.596	546.628
	=====	=====

As vendas a prazo realizadas pelas lojas MMartan e Artex são efetuadas diretamente ao consumidor e parceladas em até 10 pagamentos por meio de instrumentos de crédito cedidos pelas operadoras de cartões de crédito. Sobre esses valores são efetuados ajustes a valor presente considerando as taxas de juros de mercado, uma vez que os preços à vista não diferem dos preços parcelados. Em 31 de dezembro de 2013, os valores a receber parcelados sob essa modalidade de venda eram de R\$20.862 (R\$11.048 em 31 de dezembro de 2012),

com um prazo médio de 90 dias, totalizando um ajuste no valor de R\$1.615 (R\$1.306 em 31 de dezembro de 2012) utilizando-se 100% do CDI como taxa de juros.

As duplicatas a receber de clientes são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de recebimento é de aproximadamente 78 dias (84 dias em 31 de dezembro de 2012). Os valores vencidos não são significativos e o saldo da provisão para devedores duvidosos é considerado pela Administração suficiente para cobrir as perdas esperadas com esses títulos.

A Administração da Companhia considera que o risco relativo às duplicatas a receber de clientes é minimizado pelo fato de a composição da carteira de clientes da companhia ser diluída. A Companhia possui mais de 13.000 clientes ativos em 31 de dezembro de 2013 e apenas um cliente representa mais de 10% da receita de vendas.

A composição das duplicatas a receber consolidada por idade de vencimento é como segue:

	2013	2012
A vencer	517.845	450.696
Vencidas até 30 dias	36.155	45.729
Vencidas de 31 a 60 dias	16.432	8.939
Vencidas de 61 a 90 dias	4.807	6.253
Vencidas de 91 a 180 dias	3.821	4.978
Vencidas de 181 a 360 dias	4.522	4.720
Vencidas acima de 360 dias	50.633	62.861
	-----	-----
	634.215	584.176
	=====	=====

A movimentação da provisão para devedores duvidosos consolidada é como segue:

	2013	2012
Saldo no início do exercício	(37.548)	(40.534)
Adições	(1.514)	(2.841)
Baixas	9.543	7.385
Variação cambial	(100)	(1.558)
	-----	-----
Saldo no final do exercício	(29.619)	(37.548)
	=====	=====

6. ESTOQUES

	Consolidado	
	2013	2012
Matéria-prima e secundários	190.637	152.848
Produtos em elaboração	133.628	151.507
Produtos acabados	256.298	288.774
Peças de reposição	65.083	60.235
	-----	-----
	645.646	653.364
	=====	=====

Os estoques estão demonstrados líquidos da provisão para perdas que é, na avaliação da Administração, considerada suficiente para cobrir perdas na realização com estoques descontinuados e ou obsoletos.

A movimentação da provisão é como segue:

	2012	Adições	Baixas	Variação cambial	2013
Matéria-prima e secundários	(2.127)	(289)	193	(198)	(2.421)
Produtos em elaboração	(2.354)	-	1.917	(18)	(455)
Produtos acabados	(9.350)	-	8.138	331	(881)
Peças de reposição	(4.502)	-	2.921	4	(1.577)
	-----	-----	-----	-----	-----
	(18.333)	(289)	13.169	119	(5.334)
	=====	=====	=====	=====	=====

7. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E COLIGADAS

	Patrimônio líquido	Participação - %	Resultado do exercício	Total dos investimentos		Resultado de equivalência patrimonial	
				2013	2012	2013	2012
Investimentos em controladas:							
Operações continuadas -							
Springs Global Participações S.A. (1)	1.144.097	52,92	(53.066)	605.403	744.672	(31.330)	(2.086)
Oxford Comércio e Participações S.A.	234.285	58,88	30.438	137.947	123.876	17.909	16.261
Coteminas International Ltd.	25.900	100,00	(837)	25.900	23.677	(837)	5.087
Companhia Tecidos Santanense	272.420	2,07	35.381	5.639	5.072	733	701
Coteminas (Sucursal Argentina)	(15)	100,00	(28)	(15)	14	(28)	(173)
				-----	-----	-----	-----
Total de controladas				774.874	897.311	(13.553)	19.790
				=====	=====	-----	=====
Investimento em coligadas:							
Cantagalo General Grains S.A. (2)	143.318	30,00	(3.294)	42.995	56.229	(988)	(15.166)
Companhia Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira	303.904	30,40	13.004	92.387	-	6.472	-
				-----	-----	-----	-----
Total de coligadas				135.382	56.229	5.484	(15.166)
				=====	=====	-----	-----
Resultado de equivalência patrimonial das operações continuadas						(8.069)	4.624
						=====	=====
Operações descontinuadas (nota 26) -							
Springs Global Participações S.A.						-	(88.874)
						=====	=====

(1) Em seguimento à reestruturação societária anunciada em 2012, foram realizados os seguintes eventos:

Em 29 de junho de 2012, foi subscrito e integralizado aumento de capital na controlada SGPSA no valor de R\$169.043 com emissão de 56.347.886 novas ações. Em leilão de sobras realizado em 10 de julho de 2012, foram arrematadas 4.690 ações no valor de R\$14, completando assim a totalidade do aumento de capital. A Companhia subscreveu e integralizou 24.707.676 ações, passando a deter 61,51% do capital social da controlada SGPSA (68,44% em 31 de dezembro de 2011). Com a variação da participação na controlada, a Companhia apurou perda no valor de R\$45.293, registrada em prejuízos acumulados.

Em 5 de fevereiro de 2013, foi concluída a Oferta Pública Voluntária de Aquisição de 5.000.000 de ações ordinárias de emissão da controlada SGPSA, efetuada pela Companhia, ao valor de R\$3,00 por ação. A Companhia adquiriu 5.000.000 ações, passando a deter 64,01% do capital social da controlada (61,51% em 31 de dezembro de 2012). Com a variação da participação na controlada, a Companhia apurou deságio no valor de R\$14.866, registrado em prejuízos acumulados.

Em 8 de março de 2013, em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, foi consignado o resgate da totalidade das ações preferenciais classe "B", contra entrega de 22.194.096 ações ordinárias de emissão da controlada SGPSA, à razão de 1,2 ações ordinárias de emissão da controlada SGPSA para cada ação preferencial classe "B" resgatada. O resgate foi realizado sem redução do capital social da Companhia. Portanto, a partir desta data, e considerando as transações acima, a Companhia passou a deter 52,92% do capital social da controlada SGPSA (61,51% em 31 de dezembro de 2012).

(2) Em 21 de outubro de 2013, a Companhia comunicou ao mercado que as coligadas direta Cantagalo General Grains S.A. ("Cantagalo") e indireta CGG Trading S.A. ("CGG") assinaram com a Sojitz Corporation acordo de investimento pelo qual, após cumpridas certas condições precedentes, a Sojitz subscreverá aumento de capital, passando a deter aproximadamente 5% da Cantagalo e 43% do capital social da CGG. Em decorrência do referido acordo, em 19 de dezembro de 2013, a Companhia efetuou adiantamento para futuro aumento de capital naquela coligada no valor de R\$16.082. Em 31 de janeiro de 2014, foi subscrito e integralizado aumento de capital na Cantagalo, juntamente com a Sojitz e outros acionistas, passando a Companhia a deter 27,50% de seu capital social.

8. IMOBILIZADO E IMOBILIZADO DISPONÍVEL PARA VENDA

a. Imobilizado

Os saldos consolidados de ativos imobilizados são conforme segue:

	Taxa (i) %	2013			2012
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e benfeitorias	8,9	80.278	(18.314)	61.964	57.623
Edifícios	2,3	490.393	(190.302)	300.091	307.006
Instalações	5,3	274.433	(162.708)	111.725	119.972
Equipamentos	6,1	1.271.717	(862.297)	409.420	445.089
UHE - Porto Estrela (ii)	2,9	37.528	(10.854)	26.674	28.086
Usinas (CTS)	6,3	15.462	(7.458)	8.004	7.996
Móveis e utensílios	9,4	52.166	(33.158)	19.008	17.619
Veículos	19,7	64.110	(25.844)	38.266	27.232
Computadores e periféricos	18,9	51.837	(46.651)	5.186	5.495
Obras em andamento	-	99.491	-	99.491	60.853
Outros	10,2	108.262	(96.626)	11.636	17.547
		-----	-----	-----	-----
		2.545.677	(1.454.212)	1.091.465	1.094.518
		=====	=====	=====	=====

(i) - Taxa média ponderada anual de depreciação, excluindo os itens totalmente depreciados.

(ii) - Vide nota explicativa nº 19 às demonstrações financeiras.

Tendo em vista sua rentabilidade operacional e geração de caixa a Companhia e suas controladas não encontraram indícios de deterioração ou de não recuperação dos saldos mantidos como imobilizado.

A movimentação dos saldos consolidados de ativos imobilizados é conforme segue:

Custo:

	2012	Adições	Baixas	Transferên- cias para disponível para venda	Transferên- cias	Variação cambial	2013
Terrenos e benfeitorias	68.261	13.862	(1.486)	-	216	(575)	80.278
Edifícios	481.534	10	(2)	(68)	4.488	4.431	490.393
Instalações	272.990	436	(443)	(819)	3.181	(912)	274.433
Equipamentos	1.292.162	33.866	(34.781)	(37.630)	10.663	7.437	1.271.717
UHE – Porto Estrela	37.506	22	-	-	-	-	37.528
Usinas (CTS)	13.244	443	-	-	1.775	-	15.462
Móveis e utensílios	47.190	3.106	(947)	(27)	1.183	1.661	52.166
Veículos (*)	45.919	20.780	(3.674)	-	62	1.023	64.110
Computadores e periféricos	47.257	1.954	(1.018)	4	28	3.612	51.837
Obras em andamento	60.853	56.474	(1.747)	-	(15.559)	(530)	99.491
Outros	100.589	16	(31)	-	(4.298)	11.986	108.262
	2.467.505	130.969	(44.129)	(38.540)	1.739	28.133	2.545.677

(*) Adições no valor de R\$19.957 foram liquidadas com créditos acumulados de ICMS.

Depreciação acumulada:

	2012	Adições	Baixas	Transferên- cias para disponível para venda	Transferên- cias	Variação cambial	2013
Terrenos e benfeitorias	(10.638)	(8.141)	654	-	-	(189)	(18.314)
Edifícios	(174.528)	(11.529)	-	10	7	(4.262)	(190.302)
Instalações	(153.018)	(11.393)	423	280	732	268	(162.708)
Equipamentos	(847.073)	(55.890)	17.444	30.596	(665)	(6.709)	(862.297)
UHE - Porto Estrela	(9.420)	(1.434)	-	-	-	-	(10.854)
Usinas (CTS)	(5.248)	(471)	-	-	(1.739)	-	(7.458)
Móveis e utensílios	(29.571)	(2.761)	825	12	(28)	(1.635)	(33.158)
Veículos	(18.687)	(8.027)	1.939	-	(49)	(1.020)	(25.844)
Computadores e periféricos	(41.762)	(2.359)	1.000	(4)	3	(3.529)	(46.651)
Outros	(83.042)	(1.683)	26	-	-	(11.927)	(96.626)
	(1.372.987)	(103.688)	22.311	30.894	(1.739)	(29.003)	(1.454.212)

b. Imobilizado disponível para venda

As subsidiárias da Companhia identificaram ativos que foram retirados das operações e segregados para venda. Esses ativos são formados basicamente pela atualização, no curso normal de suas operações, do parque industrial da subsidiária brasileira e por máquinas e equipamentos das unidades fabris da subsidiária americana que tiveram suas operações encerradas. Adicionalmente, os equipamentos disponibilizados para venda decorrentes da readequação das capacidades produtivas também foram incluídos nesta rubrica. Esses ativos foram avaliados pelo menor valor entre seu registro contábil e seu valor de mercado, resultando no reconhecimento de perdas prováveis em sua realização (redução ao valor recuperável).

Como resultado dessa análise, o valor recuperável de R\$58.330 (R\$40.585 em 31 de

dezembro de 2012) foi apresentado como “Imobilizado disponível para venda” no ativo não circulante e, conseqüentemente, eliminado da tabela acima pelo seu valor contábil.

A movimentação do imobilizado disponível para a venda foi como segue:

	2012	Adições	Baixas	Transferências imobilizado	Variação cambial	2013
Custo	536.632	24	(167.750)	38.540	52.729	460.175
Depreciação	(427.889)	(3.132)	150.615	(30.894)	(41.939)	(353.239)
Provisão para perda	(68.158)	(348)	25.037	-	(5.137)	(48.606)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	40.585	(3.456)	7.902	7.646	5.653	58.330
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

9. INTANGÍVEL

	Consolidado	
	2013	2012
Ágio na aquisição de empresas norte americanas	27.427	24.232
Ágio na aquisição da AMMO	27.303	27.303
Marcas	16.307	16.298
Pontos comerciais (luvas)	48.681	46.160
Outros	22	22
	-----	-----
Total	119.740	114.015
	=====	=====

Anualmente a Companhia e suas controladas avaliam a recuperabilidade dos ágios decorrentes de investimentos em outras empresas, realizados pela Companhia ou por suas controladas, utilizando para tanto práticas consideradas de mercado, como o fluxo de caixa descontado de suas unidades que possuem ágio alocado. A recuperabilidade dos ágios é avaliada com base na análise e identificação de fatos ou circunstâncias que possam acarretar a necessidade de se antecipar o teste realizado anualmente. Caso algum fato ou circunstância indique o comprometimento da recuperabilidade dos ágios, o teste é antecipado.

O período de projeção dos fluxos de caixa para dezembro de 2013 foi de três anos. As premissas utilizadas para determinar o valor justo pelo método do fluxo de caixa descontado incluem: projeções de fluxo de caixa com base nas estimativas da administração para fluxos de caixa futuros, taxas de desconto e taxas de crescimento para determinação da perpetuidade. Adicionalmente, a perpetuidade foi calculada considerando a estabilização das margens operacionais, níveis de capital de giro e investimentos.

A taxa de desconto utilizada foi de 13,6% a.a. e a taxa de crescimento da perpetuidade considerada foi de 3% a.a., tanto para o ágio da controlada indireta SGUS, na aquisição de empresas norte-americanas, quanto para o ágio da controlada SGPSA referente à aquisição da SRPSA. As taxas de desconto utilizadas foram elaboradas levando em consideração informações de mercado disponíveis na data do teste.

A movimentação dos saldos consolidados dos ativos intangíveis no período foi como segue:

	Saldos em 2012	Adições	Variação cambial	Saldos em 2013
Ágio na aquisição de empresas norte americanas	24.232	-	3.195	27.427
Ágio na aquisição da AMMO	27.303	-	-	27.303
Marcas	16.298	9	-	16.307
Pontos comerciais (luvas)	46.160	2.521	-	48.681
Outros	22	-	-	22
	-----	-----	-----	-----
Total	114.015	2.530	3.195	119.740
	=====	=====	=====	=====

Os ativos intangíveis descritos acima possuem vida útil indefinida, portanto não são amortizados, mas testados anualmente quanto ao seu valor recuperável. As marcas estão registradas ao custo de aquisição. Os valores referentes aos pontos comerciais estão registrados pelo custo de aquisição do respectivo ponto de venda.

10. ARRENDAMENTO MERCANTIL

A controlada SGUS aluga imóveis e equipamentos sob a condição de “leasing” operacional. O total da despesa com o arrendamento mercantil em 2013 foi de R\$33.284 (R\$31.836 em 2012). A controlada SGUS concedeu a terceiros o subarrendamento mercantil (“sub-leasing”) de algumas localidades onde não havia mais o benefício econômico sobre o arrendamento pago. O total de receita com o subarrendamento mercantil em 2013 foi de R\$3.900 (R\$3.001 em 2012).

Prestações previstas para os próximos anos são estimadas na tabela abaixo:

Anos	2013
2014	26.169
2015	22.993
2016	22.550
2017	21.069
2018	20.917

A partir de 2018, as prestações continuam decrescentes até o final dos contratos que terminam em diversas datas até 2030, totalizando R\$197.631.

Para o período de 2014 a 2019, o total das prestações de subarrendamento mercantil a receber pela controlada SGUS é de R\$39.342.

A controlada SGUS possui provisão de curto e longo prazo que totalizam R\$21.814 (R\$25.460 em 31 de dezembro 2012), que consiste na estimativa do valor presente das obrigações futuras de arrendamento mercantil (cujos contratos continuaram vigentes após o fechamento de algumas unidades fabris nos EUA), líquido dos subarrendamentos já contratados e de uma receita estimada de subarrendamento das demais unidades fechadas que ainda não foram subarrendadas. Esse potencial de subarrendamento poderia resultar numa redução de R\$136.316 nas obrigações demonstradas na tabela acima.

11. FORNECEDORES

	Consolidado	
	2013	2012
Fornecedores no mercado interno	110.758	93.763
Fornecedores no mercado externo	99.383	103.855
	-----	-----
	210.141	197.618
	=====	=====

As contas a pagar a fornecedores são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de pagamento é de, aproximadamente, 30 dias (34 dias em 31 de dezembro 2012). Em fornecedores no mercado interno estão incluídos créditos de compras de matéria-prima (algodão), no valor de R\$57.729 (R\$53.875 em 31 de dezembro de 2012).

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

		Taxa anual	Venci-	Consolidado	
	Moeda	de juros - %	mento	2013	2012
Moeda nacional:					
Banco do Brasil S.A. (Revitaliza)	R\$	4,5 a 9,0	2016	21.433	29.716
BNDES (Revitaliza)	R\$	4,5 a 9,0	2016	21.433	29.716
BNDES (Finame)	R\$	2,5 a 7,0	2023	26.423	8.957
Banco do Brasil S.A. (Conta garantida) (*)	R\$	118,7 do CDI	2014	77.696	23.051
Bradesco S.A. (Conta garantida)	R\$	120 do CDI	2014	30.217	28.204
Bradesco S.A. (Capital de giro) (*)	R\$	127 do CDI	2015	36.860	-
Banco Santander S.A.	R\$	CDI + 0,20 a 0,29	2013	-	1.173
BNDES (Capital de giro)	R\$	TJLP + 3,0	2014	1.909	5.713
Banco do Brasil S.A. (Giroflex)	R\$	115,5 do CDI	2014	25.171	25.115
Banco do Brasil – BNDES Progerem	R\$	TJLP + 3,0	2015	17.064	19.444
Banco Votorantim S.A.	R\$	TJLP + 3,3	2015	43.508	49.484
Banco do Brasil S.A. (NCI)	R\$	106,5 e 108,5 do CDI	2015	256.804	248.544
Banco Itaú BBA S.A. (a)	R\$	117,7 do CDI	2014	207.509	205.730
Banco Santander S.A.	R\$	TJLP+3 e TJLP+5,69	2015	46.538	31.684
Outros	R\$	-	2016	98	95
				-----	-----
				812.663	706.626
Moeda estrangeira:					
JP Morgan	US\$	1,50	2013	-	27.372
Deutsche Bank (Securitização)	US\$	Libor + 2,15	2014	55.280	62.055
Banco Francês	\$ARG	14,4	2014	855	2.192
Banco Patagônia	\$ARG	15,3 e 27,5	2016	28.801	9.067
Banco Santander S.A.	US\$	2,3	2014	10.097	-
				-----	-----
				95.033	100.686
				-----	-----
Total				907.696	807.312
Circulante				(597.010)	(458.188)
				-----	-----
Não circulante				310.686	349.124
				-----	-----

(*) Incluem os saldos da controladora.

(a) Empréstimo contratado originalmente em dólares mais 4,6% a.a. com swap para aproximadamente 117,7% do CDI com a mesma contraparte.

Os empréstimos são garantidos por: (i) imóveis, máquinas e equipamentos, localizados na cidade de Montes Claros, gravados em 1º grau, além de fiança da CTNM para os

financiamentos denominados “Revitaliza”; e (ii) por avais e garantias bancárias para os demais financiamentos. Os vencimentos dos empréstimos são como segue:

	2014	2015	2016	2017 a 2023	Total
Moeda nacional:					
Banco do Brasil S.A. (Revitaliza)	8.344	8.266	4.823	-	21.433
BNDES (Revitaliza)	8.344	8.266	4.823	-	21.433
BNDES (Finame)	1.946	3.316	3.343	17.818	26.423
Banco do Brasil S.A. (Conta garantida)	77.696	-	-	-	77.696
Bradesco S.A. (Conta garantida)	30.217	-	-	-	30.217
Bradesco S.A. (Capital de giro)	19.360	17.500	-	-	36.860
BNDES (Capital de giro)	1.909	-	-	-	1.909
Banco do Brasil S.A. (Giroflex)	25.171	-	-	-	25.171
Banco do Brasil – BNDES Progerem	10.731	6.333	-	-	17.064
Banco Votorantim S.A.	27.508	16.000	-	-	43.508
Banco do Brasil S.A. (NCI)	56.895	199.909	-	-	256.804
Banco Itaú BBA S.A.	207.509	-	-	-	207.509
Banco Santander S.A.	32.038	14.500	-	-	46.538
Outros	57	14	27	-	98
	507.725	274.104	13.016	17.818	812.663
Moeda estrangeira:					
Deutsche Bank (Securitização)	55.280	-	-	-	55.280
Banco Francês	855	-	-	-	855
Banco Patagônia	23.053	-	5.748	-	28.801
Banco Santander S.A.	10.097	-	-	-	10.097
	89.285	-	5.748	-	95.033
Total	597.010	274.104	18.764	17.818	907.696

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital realizado

O capital social subscrito e realizado está representado como segue:

	Nº de ações	
	2013	2012
Ordinárias	55.651.200	43.531.958
Preferenciais	66.894.628	73.143.333
	122.545.828	116.675.291

A movimentação do número de ações subscritas e realizadas para o período entre 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2013 foi como segue:

	Saldos em 2012	20.02.2013 (1)	08.03.2013 (2)	13.05.2013 (3)	Saldos em 2013
Ordinárias	43.531.958	24.488.517	(12.368.175)	(1.100)	55.651.200
Preferenciais	73.143.333	-	(6.126.905)	(121.800)	66.894.628
	116.675.291	24.488.517	(18.495.080)	(122.900)	122.545.828

(1) Em 20 de fevereiro de 2013, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária que aprovou a incorporação da Encorpar Investimentos Ltda., com a emissão de 24.488.517 novas ações ordinárias com direito de voto.

Na mesma Assembleia, foi aprovada ainda a criação de ações preferenciais classe “B”, sem direito a voto, menos favorecidas do que as existentes até então, e resgatáveis automaticamente em data certa, contra a entrega de ações ordinárias de emissão da SGPSA, companhia aberta controlada pela Companhia. As ações preferenciais classe “B”, quando emitidas, seriam resgatáveis contra entrega, pela Companhia, de 1,2 ações ordinárias de emissão da SGPSA por cada ação preferencial classe “B”.

(2) Em 8 de março de 2013, foi realizada Reunião do Conselho de Administração da Companhia, convertendo o total de solicitações apresentadas correspondente a 18.495.080 ações de emissão da Companhia em ações preferenciais classe “B”, sendo, das ações convertidas, 12.368.175 ordinárias e 6.126.905 preferenciais, conforme solicitações de conversão apresentadas pelos acionistas da Companhia. A mesma reunião aprovou o cancelamento das ações resgatadas. O valor de R\$66.872 apurado pela diferença entre o valor de mercado e o valor contábil da controlada SGPSA foi levado à conta de prejuízos acumulados.

(3) Em 14 de junho de 2013, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária aprovando a nova expressão do capital social, refletindo o cancelamento das ações mantidas em tesouraria, aprovado em deliberação do Conselho de Administração da Companhia em 13 de maio de 2013.

Todas as ações são nominativas e sem valor nominal. As ações preferenciais não possuem direito de voto e gozam das seguintes vantagens: (a) prioridade no reembolso do capital na hipótese de liquidação e (b) direito de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, na forma da lei, assegurado o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias.

b. Ações em tesouraria

A Companhia possuía 1.100 ações ordinárias a um custo médio de R\$5,04 por ação (R\$4,90 mínimo e R\$5,05 máximo) e 121.800 ações preferenciais a um custo médio de R\$6,83 por ação (R\$4,95 mínimo e R\$8,59 máximo). Conforme descrito acima, essas ações foram canceladas em 13 de maio de 2013.

c. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo correspondente a 1/3 do lucro líquido do exercício, ajustado conforme o Estatuto e a Lei das Sociedades por Ações.

d. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e tem como objetivo a aplicação em futuros investimentos.

14. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	A receber		A pagar	
	2013	2012	2013	2012
Controladora:				
Wembley S.A.	25.860	41.139	-	-
Coteminas International Ltd.	43.173	41.643	-	-
Innotex International Ltd.	5.565	4.700	-	-
Coteminas S.A.	1.086	-	-	-
Companhia Tecidos Santanense	-	-	1.392	424
	-----	-----	-----	-----
	75.684	87.482	1.392	424
	=====	=====	=====	=====
Consolidado:				
Wembley S.A.	25.860	41.139	-	164
Coteminas Argentina	-	-	2	-
Innotex International Ltd.	5.565	4.700	-	-
Holtex Inc.	32	-	-	-
Empr. Nac. Com. R�dito e Particip. S.A. – ENCORPAR	-	198	-	-
	-----	-----	-----	-----
	31.457	46.037	2	164
	=====	=====	=====	=====
Encargos financeiros				
receita (despesa)				
consolidado				
	2013	2012		
Wembley Sociedade An�nima	3.456	2.920		
Empr.Nac.Com.R�dito e Particip. S.A. – ENCORPAR	20	91		
ECONORTE-Empr.Constr.Norte de Minas Ltda.	1	1		
JAGS-Jos� Alencar Gomes da Silva	33	145		
Innotex International Ltd.	165	162		
Seda S.A.	45	43		
	-----	-----		
	3.720	3.362		
	=====	=====		

Os saldos mantidos com partes relacionadas possuem vencimento de longo prazo, e os encargos são calculados de acordo com as taxas equivalentes às praticadas pelo mercado financeiro (100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI mais 1,375% a.a. e LIBOR mais 3% a.a. para empresas sediadas no exterior).

A Companhia recebe comissão sobre aval de 1,3% a.a. de sua controlada indireta Companhia Tecidos Santanense. Em 31 de dezembro de 2013, esse valor representa R\$52 (R\$144 em 2012), já contemplados no quadro acima.

Conforme previsto no acordo de acionistas da Companhia, a controlada indireta SGUS deve pagar, a cada ano, a título de prestação de serviços, livre de despesas, o valor de US\$1.491 mil ao acionista Heartland Industrial Partners, L.P. A controlada CSA deve pagar o valor equivalente a US\$3.500 mil   Companhia. Em 2013, foram provisionados a esse título pela SGUS R\$3.205 (R\$2.950 em 2012), sendo que o saldo em aberto no valor de R\$3.416 (R\$3.046 em 2012) está consignado na rubrica “Outras contas a pagar” no passivo circulante no balanço consolidado.

A Rossini Administradora de Bens Ltda., e a controlada indireta MMartan firmaram contrato de locação do imóvel onde se situam o parque fabril e os escritórios da controlada indireta MMartan. Em 2013, foram pagos R\$3.289 (R\$3.289 em 2012) sob essa rubrica. As avaliações do imóvel e do aluguel foram efetuadas por empresa especializada e estão a preços de mercado.

Os valores pagos a diretores e pessoas-chave da Administração estão destacados nas demonstrações do resultado, sob a rubrica “Honorários da administração” e incluem os benefícios de longo prazo e pós-emprego existentes.

15. DEBÊNTURES EMITIDAS POR CONTROLADA

Em Assembléia Geral Extraordinária da controlada indireta CSA, realizada em 24 de janeiro de 2006, foi aprovada a primeira emissão de debêntures não conversíveis em ações da CSA, para distribuição privada, nas condições abaixo, alteradas pela Assembléia Geral Extraordinária realizada em 09 de junho de 2006:

Emissão:	24 de janeiro de 2006
Série:	Única
Quantidade:	50.057 Debêntures
Valor nominal na data de emissão:	R\$ 1
Remuneração:	Variação cambial mais juros equivalentes à taxa Libor de 3 meses, acrescida da sobretaxa de 3% ao ano.
Amortização dos juros:	Pagamentos trimestrais, com último vencimento para 21/06/2013.
Amortização do principal:	17 parcelas trimestrais e sucessivas, com primeiro vencimento para 21/06/2009 e último para 21/06/2013.

A totalidade das debêntures foi subscrita pela Companhia. Em 2013, foram contabilizados juros de R\$140 (R\$1.039 em 2012) e variação cambial credora de R\$1.261 (R\$2.562 de variação cambial credora em 2012). Em 21 de junho de 2013, as debentures foram liquidadas e o saldo em 31 de dezembro de 2012 era de R\$11.892.

16. IMPOSTO DE RENDA, CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E OUTROS IMPOSTOS

Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627 (MP 627/13) que, dentre outras matérias: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando a incidência de tributos sobre os ajustes decorrentes da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais (IFRS); e (ii) dispõe sobre a tributação de residentes no Brasil referente aos lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas. A Companhia analisou os potenciais efeitos da MP 627/13 e aguarda a sua conversão em lei para conclusão dos impactos, porém, em análise inicial estes impactos não são relevantes.

a. Incentivos fiscais

Todas as unidades fabris da controlada indireta CSA, sediadas no Brasil (exceto as unidades de Blumenau – SC e Acreúna – GO) e uma unidade da controlada indireta Companhia Tecidos Santanense, estão localizadas na região da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, beneficiando-se de incentivos fiscais federais e estaduais.

Os incentivos fiscais federais e estaduais das unidades fabris das controladas estão

programados para expirar em diferentes datas, dependendo da instalação industrial em questão, até 31 de dezembro de 2016.

Os incentivos federais são calculados a partir do imposto de renda devido sobre o resultado obtido nas operações comerciais e industriais, contabilizados como redução da provisão de imposto de renda, em contrapartida ao resultado do período.

b. Conciliação dos impostos sobre o lucro (imposto de renda e contribuição social)

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Resultado antes dos impostos	(19.917)	(9.342)	(10.386)	22.835
Diferenças permanentes:				
Equivalência patrimonial	8.069	(4.624)	(5.484)	15.166
Receitas não tributadas – RTT	-	-	(40.826)	(39.332)
Preços de transferência	-	-	5.934	3.555
Diferenças permanentes de controladas no exterior	-	-	(1.611)	35.677
Outras, líquidas	733	11	3.645	1.351
	-----	-----	-----	-----
Base de cálculo dos impostos sobre o lucro	(11.115)	(13.955)	(48.728)	39.252
Imposto de renda e contribuição social - 34% (*)	3.779	4.745	16.568	(13.346)
Incentivo fiscal redução SUDENE	-	-	1.452	1.567
Créditos fiscais não constituídos	(3.799)	(4.745)	(35.996)	(4.991)
Ajuste ao lucro presumido	-	-	3.290	-
Outros	20	(32)	519	261
	-----	-----	-----	-----
Total dos impostos sobre o lucro	-	(32)	(14.167)	(16.509)
	-----	-----	-----	-----
Imposto sobre o lucro – corrente	-	(32)	(13.270)	(17.177)
Imposto sobre o lucro – diferido	-	-	(897)	668
	=====	=====	=====	=====

(*) O regime de tributação da Companhia é o lucro real, cujo imposto pode representar até 34% sobre o resultado tributável. Sua controlada indireta Santanense Empreendimentos Imobiliários Ltda., em 2013, ficou submetida às regras de tributação do lucro presumido, cujo imposto é calculado nos mesmos percentuais do lucro real, porém o resultado tributável é presumido em 8% para o imposto de renda e 12% para a contribuição social sobre a receita bruta.

A Companhia, na condição de controladora, tem como resultado basicamente equivalência patrimonial e resultado de aplicações financeiras e instrumentos derivativos. Os lucros de controladas no exterior são tributados como adição ao lucro tributável e recebem créditos dos impostos pagos no país de origem até o limite de 25% de sua base de cálculo. Quando esses resultados são prejuízos, eles não se constituem em créditos tributários no Brasil, porém são compensados com os resultados futuros da controlada no exterior que o gerou. Portanto, na condição de controladora, são bem específicas as situações onde a Companhia poder vir a constituir créditos tributários.

A Administração da controlada indireta CSA, em exercícios anteriores, com base em plano de negócios e projeções futuras, reconheceu parcialmente ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais acumulados. Em 31 de dezembro de 2013, a controlada CSA possuía R\$501.049 em prejuízos fiscais (R\$442.460 em 31 de dezembro de 2012) e R\$505.920 de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro (R\$446.789 em 31 de dezembro de 2012), cujos ativos fiscais não foram reconhecidos. Os ativos fiscais reconhecidos por

aquela controlada indireta são líquidos dos benefícios fiscais a ela concedidos. Suas projeções futuras consideram o maior foco para atendimento ao mercado nacional, cujas vendas possuem maior rentabilidade, incremento nas margens em decorrência da venda de produtos de maior valor agregado, entre outras. Com base nestas ações e nas premissas utilizadas na preparação do plano de negócios, a Administração da CSA possui expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitirão a realização dos créditos tributários diferidos daquela controlada.

c. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os valores de imposto de renda e de contribuição social diferidos, registrados nas demonstrações financeiras consolidadas, são provenientes de provisões temporariamente não dedutíveis, crédito fiscal incorporado e prejuízos fiscais das controladas e são compostos como segue:

	Saldos em 2012	Reconhe- cidos no resultado	Outros	Saldos em 2013
Ativo:				
Provisões dedutíveis somente quando realizadas	34.133	(3.641)	409	30.901
Prejuízo fiscal, líquido	29.427	2.744	-	32.171
Créditos fiscais de controladas no exterior	8.421	-	(184)	8.237
	-----	-----	-----	-----
Ativo não circulante	71.981	(897)	225	71.309
Passivo:				
Deságio em investimentos	(5.049)	-	-	(5.049)
	-----	-----	-----	-----
Passivo não circulante	(5.049)	-	-	(5.049)
	-----	-----	-----	-----
Impostos diferidos, líquido	66.932	(897)	225	66.260
	=====	=====	=====	=====

A Administração, com base em orçamento e plano de negócios, estima que os créditos fiscais sejam realizados durante os próximos exercícios, conforme demonstrado a seguir:

Consolidado	
Ano	Ativo não circulante
2014	1.473
2015	11.416
2016	18.792
2017	25.153
2018 em diante	14.475

	71.309
	=====

O passivo de imposto de renda e a contribuição social diferidos, serão devidos somente na realização dos deságios apurados nos investimentos que lhe deram origem.

d. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS	1.018	1.018	16.856	34.232
Imposto de renda e contribuição social antecipados	5.810	6.097	22.406	25.390
PIS e COFINS a recuperar	8.211	8.211	11.824	8.307
IVA – Argentina	-	-	3.444	6.353
VAT – China e México	-	-	1.160	1.084
IPI a recuperar	1.779	1.779	1.845	2.120
Imposto sobre o lucro líquido – ILL	3.562	3.562	3.562	3.562
Outros impostos a recuperar	2	-	5.576	3.963
	-----	-----	-----	-----
Ativo circulante	20.382 (6.830)	20.667 (7.115)	66.673 (38.366)	85.011 (41.227)
	-----	-----	-----	-----
Ativo não circulante	13.552 =====	13.552 =====	28.307 =====	43.784 =====

17. PROVISÕES DIVERSAS

A Companhia e suas controladas vêm discutindo judicialmente a legalidade de alguns tributos e reclamações trabalhistas. A provisão foi constituída de acordo com a avaliação do risco efetuada pela Administração e pelos seus assessores jurídicos, para as perdas consideradas prováveis.

A Companhia e suas controladas possuem processos tributários e cíveis, cuja perda foi estimada como possível, no valor de R\$65.092 e R\$2.283 respectivamente.

Os processos judiciais cuja perda foi estimada como provável são assim resumidos:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Processos fiscais:				
Contribuição social	-	40.915	1.055	41.225
CPMF	-	-	4.317	4.317
INSS	2.319	2.314	6.071	6.702
PIS e COFINS	1.904	1.903	5.165	5.164
IPI bandeira estrangeira	2.647	2.653	2.647	2.653
ICMS – exportação	-	-	-	6.548
Outras	328	348	2.181	2.201
Trabalhistas	993	2.940	10.437	13.280
Cíveis e outras	3.776	13.865	6.941	17.241
	-----	-----	-----	-----
	11.967	64.938	38.814	99.331
	=====	=====	=====	=====
Depósitos judiciais	27.804	78.053	52.866	101.431
	=====	=====	=====	=====

Contribuição social – A Companhia é pólo ativo em ação contra a Secretaria da Receita Federal para afastar a contribuição social sobre o lucro operacional de suas plantas sediadas na região da SUDENE. Em 2013, após sucessivas perdas, a Companhia encerrou o processo principal, restando pendente apenas outras demandas de menor valor de suas controladas.

CPMF – A controlada SGPSA é pólo ativo em ação de mandado de segurança para afastar a incidência da CPMF sobre as operações de câmbio simbólico realizadas na operação de conferência internacional de ações por investidor estrangeiro.

INSS – Discussão administrativa referente a lançamento fiscal na Companhia e suas controladas indiretas CSA e CTS. As controladas indiretas CSA e CTS são pólo ativo em ação contra a Fazenda Nacional questionando a incidência da contribuição sobre verbas consideradas indenizatórias.

PIS e COFINS – A Companhia e suas controladas são pólo ativo em demanda contra a Receita Federal questionando a inclusão do ICMS na base de cálculo da COFINS e do PIS.

IPI – A Companhia é pólo ativo em ação judicial que visa contestar a incidência do IPI sobre a aquisição de aeronave através de leasing.

ICMS - Exportação – A controlada CTS recebeu em 13 de fevereiro de 2012 auto de infração lavrado pela fiscalização de Minas Gerais, glosando algumas transferências de créditos de ICMS decorrentes de exportação. A CTS entregou sua contestação e, sem êxito, provisionou o valor principal do auto de infração. As multas e encargos também foram questionadas o que resultou em êxito junto ao Conselho de Contribuintes. Em março de 2013, a CTS incluiu o valor do principal no programa de parcelamento junto ao Estado de Minas Gerais.

Trabalhistas – A Companhia e suas controladas são pólo passivo em ações movidas por ex-funcionários e terceiros.

Cíveis – A Companhia é pólo ativo em ações judiciais que questionam ECE – Encargo de Capacidade Emergencial e RTE - Recomposição Tarifária Extraordinária cobrado em contas de energia elétrica. A controlada indireta CSA é pólo ativo em ação contra a União questionando a legalidade da cobrança da RTE – Recomposição Tarifária Extraordinária e COFURH – Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos.

Pedido de restituição e compensação (PERDCOMP) – A Companhia é polo ativo em ação de repetição de indébito que está questionando a aplicação retroativa da IN323/2005, que determina prazos para a entrega da PERDCOMP.

As movimentações de provisões diversas consolidadas são apresentadas a seguir:

	Saldos em 2012	Adições	Baixas	Saldos em 2013
Processos fiscais:				
Contribuição social	41.225	745	(40.915)	1.055
CPMF	4.317	-	-	4.317
INSS	6.702	5	(636)	6.071
PIS e COFINS	5.164	1	-	5.165
IPI bandeira estrangeira	2.653	-	(6)	2.647
ICMS – exportação	6.548	-	(6.548)	-
Outras	2.201	25	(45)	2.181
Trabalhistas	13.280	6.046	(8.889)	10.437
Cíveis e outras	17.241	2.716	(13.016)	6.941
	-----	-----	-----	-----
	99.331	9.538	(70.055)	38.814
	=====	=====	=====	=====

18. PLANO DE APOSENTADORIA E BENEFÍCIOS

Substancialmente, todos os funcionários da controlada indireta SGUS são cobertos por planos de contribuição definida. Alguns executivos da controlada indireta SGUS são cobertos pelo plano de benefício definido. A controlada indireta SGUS pode efetuar contribuições arbitrárias para o plano de contribuição definida e essas contribuições são consideradas através de um percentual da remuneração elegível de cada participante. Adicionalmente, no caso de participantes elegíveis contribuírem com um percentual de suas remunerações para alguns planos de contribuição definida, a controlada indireta SGUS pode, arbitrariamente, efetuar uma contribuição na proporção dos valores contribuídos pelos participantes.

A controlada indireta SGUS patrocina um plano de pensão de benefício definido para alguns de seus funcionários, cujos custos esperados de pensão são provisionados em regime de competência com base em estudos atuariais e as contribuições dos funcionários aposentados e da controlada indireta SGUS são ajustadas periodicamente. As contribuições da controlada indireta SGUS aos planos de benefício definido são efetuadas de acordo com a lei de aposentadoria dos EUA ("Employee Retirement Income Security Act") e os benefícios são geralmente baseados nos anos de serviço e níveis salariais (remuneração).

Os ativos do plano de benefício definido são investidos em fundos de renda variável e fundos de renda fixa (incluindo dívidas do governo americano). A controlada indireta SGUS também fornece benefícios de aposentadoria a executivos elegíveis de acordo com planos executivos suplementares não qualificados de aposentadoria.

A tabela abaixo contém informações resumidas dos planos de pensão de benefício definido em 31 de dezembro de 2013 e 2012:

	2013	2012
Mudança no benefício provisionado:		
Benefício provisionado no início do ano	108.424	93.781
Custo do serviço	917	106
Custo dos juros	4.013	4.330
(Ganho) perda atuarial	(7.759)	10.293
Pagamento de benefícios	(9.562)	(8.303)
Variação cambial	15.561	8.217
	-----	-----
Benefício provisionado no final do ano	111.594	108.424
Mudança nos ativos do plano:		
Valor de mercado dos ativos no início do ano	24.990	20.416
Retorno sobre os ativos	3.610	2.107
Contribuições do empregador	9.081	8.918
Pagamento de benefícios	(9.562)	(8.303)
Variação cambial	3.621	1.852
	-----	-----
Valor de mercado dos ativos no final do ano	31.740	24.990
	-----	-----
Valor presente das obrigações a descoberto	79.854	83.434
	=====	=====
Premissas utilizadas para determinar as obrigações de benefícios no final do ano		
Taxa de desconto (a.a.)	4,30% a 5,05%	3,50% a 4,15%
Aumento futuro de salários (a.a.)	2,50%	2,50%
Premissas utilizadas para determinar a despesa líquida para os exercícios findos nessas datas		
Taxa de desconto (a.a.)	3,60% a 4,30%	4,50% a 5,15%
Taxa de rendimento esperada sobre ativos (a.a.)	6,20% a 6,70%	6,90% a 7,80%
Aumento futuro de salários (a.a.)	2,50%	2,50%

	2013	2012
Componentes do custo líquido do benefício:		
Custo do serviço	917	106
Custo dos juros	4.013	4.330
Retorno sobre os ativos	(1.827)	(944)
(Ganho) perda atuarial	2.609	1.862
	-----	-----
Custo (receita) líquido do benefício	5.712	5.354
	=====	=====

A estratégia de investimento da controlada indireta SGUS é de aplicar numa carteira diversificada com o objetivo de maximizar os retornos considerando um nível aceitável de risco. Os ativos do plano de pensão são investidos em um fundo balanceado que tem uma alocação estática de 50% a 60% em investimentos de renda variável e 40% a 50% em instrumentos financeiros de renda fixa. A expectativa de retorno sobre os ativos do plano foi desenvolvida em conjunto com os consultores externos e foram levadas em consideração as expectativas de longo prazo para retornos futuros, baseados na estratégia de investimentos atuais da controlada indireta SGUS.

	2013	2012
Investimentos dos ativos dos planos:		
Renda variável	16.175	13.317
Renda fixa	14.941	11.261
Caixa e equivalentes de caixa	624	412
	-----	-----
Valor de mercado dos ativos no final do ano	31.740	24.990
	=====	=====

A controlada indireta SGUS espera contribuir R\$9.447 para os planos de benefício definido em 2014. Pagamentos de benefícios futuros para os próximos 10 anos são:

	Plano de pensão de benefício definido
2014	10.556
2015	9.484
2016	9.175
2017	8.827
2018	8.487
2019 – 2023	38.779

Os saldos dos benefícios provisionados e remuneração diferida estão demonstrados abaixo:

	2013	2012
Provisão para plano de pensão	79.854	83.434
Provisão para plano de pensão (múltiplos empregadores) (a)	555	954
Outras provisões de benefícios a funcionários (b)	7.634	9.490
	-----	-----
Total do plano de aposentadoria e benefícios	88.043	93.878
	-----	-----
Circulante (b)	(7.831)	(7.113)
	-----	-----
Não circulante	80.212	86.765
	=====	=====

(a) Até 30 de dezembro de 2010, a controlada indireta SGUS era uma das empresas patrocinadoras do plano "South Jersey Labor and Management Pension Fund", um plano de pensão de benefício definido de múltiplos empregadores. Em 30 de dezembro de 2010, a controlada indireta SGUS retirou-se do plano. Essa provisão representa o valor estimado a pagar referente à saída do plano.

(b) Incluída na rubrica "Obrigações sociais e trabalhistas".

19. CONCESSÕES GOVERNAMENTAIS

A controlada indireta CSA participa em consórcio de concessão de geração de energia elétrica com as empresas CEMIG Geração e Transmissão S.A. e Vale (denominada anteriormente Companhia Vale do Rio Doce), em partes iguais de 33,33%, para cuja administração não foi constituída empresa com característica jurídica independente. São mantidos controles nos registros contábeis da Companhia, equivalentes à sua participação.

Como retribuição pela outorga da concessão, a CSA e as demais consorciadas pagarão à União parcelas ao longo do tempo de concessão, conforme demonstrado abaixo.

Início do prazo de concessão: 10 de julho de 1997

Prazo de concessão: 35 anos

Valor total da concessão: R\$333.310

Atualização monetária: IGPM

Parcelas anuais demonstrando os valores totais da concessão:

	5º ao 15º ano 2002 a 2012	16º ao 25º ano 2013 a 2022	26º ao 35º ano 2023 a 2032
Valores históricos:			
Parcela mínima	120	120	120
Parcela adicional	-	12.510	20.449
Parcela anual	120	12.630	20.569
Parcelas totais	1.320	126.300	205.690
Parcelas atualizadas	5.007	479.174	780.366
	=====	=====	=====

Para fins contábeis, a CSA reconhece as despesas incorridas pelo regime de competência, em contrapartida ao exigível a longo prazo, de forma linear, tendo como base sua participação no valor total da outorga; 33,33%, a valor presente, considerando a taxa básica de juros, atualizada pelo IGPM. Em 31 de dezembro de 2013, esse valor representava R\$64.605, sendo R\$15.973 classificados no passivo circulante e R\$48.632 classificados como exigível de longo prazo (R\$62.974 em 31 de dezembro de 2012, sendo R\$13.115 classificados no passivo circulante e R\$49.859 classificados como exigível de longo prazo).

Os valores consignados no ativo imobilizado, objeto da presente concessão, em 31 de dezembro de 2013, somam R\$ 26.674 (R\$28.086 em 31 de dezembro de 2012) (vide nota explicativa nº 8 às demonstrações financeiras) e consideram a participação da Companhia nos investimentos realizados para a construção da Usina Hidroelétrica de Porto Estrela, localizada no Rio Santo Antonio, a 270 km de Belo Horizonte, com potência instalada de 112MW. A referida Usina iniciou sua geração no final de 2001.

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais--A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, derivativos e não derivativos, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e descritas no quadro abaixo.

Os principais fatores de risco que a Companhia e suas controladas estão expostas refletem

aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica, mudanças relevantes na estrutura da indústria, entre outros) são inerentes a sua atividade e são endereçados pela administração da Companhia. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Companhia e suas controladas utilizam e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

b) Valor justo--O valor justo dos instrumentos financeiros anteriormente citados, está demonstrado a seguir:

	Controladora				Consolidado			
	2013		2012		2013		2012	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
ATIVOS --								
CIRCULANTE:								
Caixa e equivalentes de caixa	1.410	1.410	1.264	1.264	156.607	156.607	146.613	146.613
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	7.510	7.510	39.750	39.750
Duplicatas a receber	-	-	-	-	604.596	604.596	546.628	546.628
Debêntures emitidas por controlada (i)	-	-	11.892	11.892	-	-	-	-
Outros créditos a receber	3.902	3.902	4.294	4.294	43.175	43.175	29.838	29.838
NÃO CIRCULANTE:								
Realizável a longo prazo:								
Partes relacionadas	75.684	75.684	87.482	87.482	31.457	31.457	46.037	46.037
Outros créditos e valores a receber	2.060	2.060	2.056	2.056	16.803	16.803	16.018	16.018
PASSIVOS --								
CIRCULANTE:								
Empréstimos e financiamentos (i)	44.463	44.463	45.461	45.461	597.010	597.010	458.188	458.188
Fornecedores	1.782	1.782	218	218	210.141	210.141	197.618	197.618
Arrendamentos não recuperáveis	-	-	-	-	9.962	9.962	13.736	13.736
Outras contas a pagar	4.114	4.114	6.736	6.736	79.085	79.085	76.900	76.900
NÃO CIRCULANTE:								
Empréstimos e financiamentos (i)	17.500	17.500	-	-	310.686	310.686	349.124	349.124
Arrendamentos não recuperáveis	-	-	-	-	11.852	11.852	11.724	11.724
Partes relacionadas	1.392	1.392	424	424	2	2	164	164
Concessões governamentais	-	-	-	-	48.632	48.632	49.859	49.859
Outras obrigações	136	136	405	405	25.779	25.779	26.744	26.744

(i) Os valores justos dos empréstimos e financiamentos e das debêntures aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas demonstrações financeiras em função de que estão indexados por taxas flutuantes de juros (TJLP, CDI e LIBOR), as quais acompanham as taxas de mercado.

Considerando que os vencimentos dos demais instrumentos financeiros são de curto prazo, a Companhia estima que seus valores justos aproximam-se aos valores contábeis.

c) Classificação dos instrumentos financeiros--Com exceção dos instrumentos financeiros derivativos, todos os instrumentos financeiros listados acima são classificados como "Empréstimos e recebíveis", no caso de ativos, ou "Outros passivos financeiros", no caso de

passivos, avaliados inicialmente ao valor justo e atualizados pelo custo amortizado. Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados como “Mensurados ao valor justo por meio do resultado” e a parcela referente ao hedge de fluxo de caixa, cuja efetividade possa ser mensurada tem seus ganhos e perdas reconhecidos diretamente no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial e apresentados na demonstração do resultado abrangente.

d) Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros derivativos e não derivativos:

d.1 - Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos--A Companhia acredita que o gerenciamento de riscos é importante na condução de sua estratégia de crescimento com rentabilidade. A Companhia está exposta a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito a variações nas taxas de câmbio, preços de commodities (algodão) e volatilidade das taxas de juros. O objetivo de gerenciamento desses riscos é eliminar possíveis variações não esperadas nos resultados das empresas do grupo, advindas dessas variações.

O objetivo das operações de derivativos está sempre relacionado à eliminação dos riscos de mercado, identificados nas políticas e diretrizes da Companhia e, também, com o gerenciamento da volatilidade dos fluxos financeiros. A medição da eficiência e avaliação dos resultados ocorre ao longo dos contratos. O monitoramento do impacto destas transações é analisado trimestralmente pelo Comitê de Gerenciamento de Caixa e Dívida onde a marcação a mercado destas transações é discutida e validada. Todos os instrumentos financeiros derivativos estão reconhecidos pelo seu valor justo nas demonstrações financeiras da Companhia.

d.2 - Política de uso de derivativos--Conforme política interna, o resultado financeiro da Companhia deve ser oriundo da geração de caixa do seu negócio e não de ganhos no mercado financeiro. Portanto, considera que a utilização de derivativos deve ser apenas para proteger eventuais exposições que ela possa ter decorrentes dos riscos nos quais ela está exposta, sem fins especulativos. A contratação de um derivativo tem como objetivo a redução da exposição aos riscos de mercado da Companhia.

d.3 - Risco de taxa de câmbio--Esse risco decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

d.3.1 - Riscos de taxa de câmbio nos investimentos no exterior:

A Companhia possui investimentos no exterior que aumentam sua exposição cambial, a saber:

<u>Total dos investimentos no exterior</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Investimentos	109.539	46.954
Obrigações de controladas (SGUS)	(30.426)	(37.101)
	-----	-----
	79.113	9.853
Em milhares de Dólares equivalentes	33.771	4.821
	=====	=====

d.3.2 - Riscos de taxa de câmbio nos instrumentos financeiros não derivativos na Companhia e em suas controladas diretas e indiretas sediadas no Brasil:

Os valores referentes aos instrumentos financeiros não derivativos sujeitos à exposição cambial da Companhia e de suas controladas brasileiras, são como segue:

Instrumentos financeiros	2013	2012
Caixa e equivalentes de caixa	2.442	2.907
Duplicatas a receber	27.037	75.018
Fornecedores	(2.492)	(3.790)
Empréstimos e financiamentos	(10.097)	-
Partes relacionadas	116.723	123.082
	-----	-----
Total da exposição em Reais	133.613	197.217
	-----	-----
Total da exposição em milhares de Dólares equivalentes	57.036	96.510
	=====	=====

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos, considerando os fluxos de recebimentos e pagamentos em Dólares norte americanos já contratados em 31 de dezembro de 2013 é como segue:

Vencimento	Risco	Valor da exposição US\$ mil	Cenários		
			Provável	II	III
2014	Baixa do Dólar	57.036	9.581	(26.217)	(62.016)
		=====	=====	=====	=====

Os valores entre parênteses (negativos) demonstrados nos cenários acima, referem-se à variação cambial passiva, portanto despesa. Os valores positivos referem-se à receita.

O cenário “Provável” representa o resultado da variação cambial provável considerando-se o fluxo de caixa dos ativos e passivos acima detalhados, aplicando-lhes as taxas futuras de Dólares e comparando com a taxa do Dólar no final do período atual. Para os cenários II e III, foi considerada uma deterioração das taxas futuras de Dólares em 25% e 50% respectivamente.

As taxas futuras de Dólares foram obtidas na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

d.3.3 - Riscos de taxa de câmbio nos instrumentos financeiros derivativos na Companhia e suas controladas:

Em 2013 e 2012, a Companhia não obteve resultados com esse tipo de derivativo.

d.4 - Risco de preços de commodities (algodão)--Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações no preço do algodão, sua principal matéria-prima. O aumento do preço do algodão, de forma significativa pode acarretar aumento no custo de seu produto em prazo e montantes que a Companhia não consiga repassar ao mercado consumidor, fazendo reduzir suas margens. Em 2012, o resultado com derivativos de “commodities” foi uma despesa de R\$10.158, sendo, R\$2.032 contabilizados nas rubricas “Variações cambiais líquidas” e R\$8.126 contabilizados em “Operações descontinuadas”. Em 2013, não houve resultado com derivativos desta natureza.

d.5 - Risco de taxa de juros--O caixa e os equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários rendem aproximadamente o equivalente às taxas dos Certificados de Depósitos

Interbancários – CDI. Os passivos sobre os quais incidem juros equivalentes à LIBOR e a TJLP estão demonstrados nas notas explicativas nº 12 e 14. Considerando-se os fluxos de caixa desses passivos (exceto os demonstrados em d.5.1 e d.5.2) e as taxas contratadas, a Administração da Companhia considera não relevante o efeito da exposição às variações de mercado nas taxas de juros contratadas. Portanto, não está apresentando a análise de sensibilidade.

d.5.1) Riscos de taxa de juros variáveis nos instrumentos financeiros derivativos:

Contratos de swap de taxa de juros – são classificados e registrados pelo seu valor justo e se baseiam no fluxo de caixa dos financiamentos denominados em Dólares - Finimp, previstos para as datas de vencimento dos contratos até junho de 2012. Tiveram seus ganhos e perdas realizados registrados no resultado, na rubrica “Despesas financeiras – juros sobre empréstimos”.

Os derivativos eram negociados em mercado de balcão, registrados na CETIP e não estavam sujeitos a depósito de margem. Em 2012, o resultado com esses derivativos foi uma receita de R\$3.038. Em 2013, não houve resultado com derivativos desta natureza.

d.5.2) Riscos de taxa de juros variáveis nos instrumentos financeiros não derivativos:

Os valores referentes aos instrumentos financeiros não derivativos sujeitos à exposição de juros variáveis da Companhia e suas controladas, são como segue:

Descrição	Valor do principal R\$ mil	2013		2012	
		Juros provisionados	Saldo contábil a pagar	Juros provisionados	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: 108,5% do CDI Contraparte: Banco do Brasil S.A. Vencimento: maio/2015	200.000	11.104	211.104	6.967	206.967
Contrato de empréstimo -- Juros: 106,5% do CDI Contraparte: Banco do Brasil S.A. Vencimento: abril/2014	40.000	5.700	45.700	1.577	41.577
Contrato de Swap -- Juros: 117,7% do CDI Contraparte: Banco Itaú BBA S.A. Vencimento: outubro/2014	200.000	7.509	207.509	5.730	205.730
	----- 440.000 =====	----- 24.313 =====	----- 464.313 =====	----- 14.274 =====	----- 454.274 =====

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos acima, considerando os fluxos de pagamentos do principal e juros em 31 de dezembro de 2013, é como segue:

Vencimento	Risco	Saldo médio do principal	Cenários		
			Provável	II	III
2014	Alta do CDI	346.667	(36.691)	(47.312)	(57.321)
2015	Alta do CDI	83.333	(9.911)	(14.821)	(18.344)
			=====	=====	=====

O valores demonstrados nos cenários acima, referem-se à despesa de juros em seus respectivos anos e cenários, considerando-se os saldos médios dos empréstimos em cada ano.

O cenário "Provável" representa o resultado da evolução da taxa de juros dos Certificados de Depósitos Bancários provável, considerando-se os vencimentos do principal e do juros. Para os cenários II e III, foi considerada uma majoração das taxas futuras do CDI em 25% e 50% respectivamente. As taxas de juros futuras do CDI foram obtidas na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

d.6 - Risco de crédito--A Companhia está sujeita a risco de crédito com respeito ao caixa e equivalentes de caixa, aos títulos e valores mobiliários e aos instrumentos derivativos. Esse risco é mitigado pela política de aplicar os recursos disponíveis somente em instituições financeiras de grande porte.

O risco de crédito em duplicatas a receber é reduzido devido à seletividade dos clientes e a política de concessão de créditos. A Companhia possui um sistema de gestão de crédito baseado na combinação das informações oriundas de diversos departamentos da empresa, principalmente as áreas comercial, financeira, contábil, jurídica e fontes externas que abastecem o departamento de crédito e cobrança visando à estipulação de limites de crédito para os seus clientes que são aprovados por órgão colegiado.

d.7 – Gestão de liquidez--Os passivos financeiros da Companhia, de acordo com os vencimentos dos seus fluxos de caixa, com base na data mais próxima de liquidação dos mesmos, e utilizando as taxas de juros nominais contratadas, podem ser resumidos como segue:

Obrigações contratuais	Total	Prazo de liquidação previsto			
		Menos de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos e financiamentos	978.754	610.805	348.179	7.737	12.033
Fornecedores	213.537	213.537	-	-	-
Parte relacionada	2	2	-	-	-
	-----	-----	-----	-----	-----
	1.192.293	824.344	348.179	7.737	12.033
	=====	=====	=====	=====	=====

d.8 – Gestão de capital--A Companhia administra sua estrutura de capital para assegurar a continuidade de suas atividades operacionais e ao mesmo tempo maximizar o retorno aos seus acionistas. A estratégia da Companhia permaneceu inalterada no período coberto por estas demonstrações financeiras.

A dívida líquida da Companhia pode ser assim composta:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Empréstimos e financiamentos	61.963	45.461	907.696	807.312
Caixa e equivalentes de caixa	(1.410)	(1.264)	(156.607)	(146.613)
Títulos e valores mobiliários	-	-	(7.510)	(39.750)
	-----	-----	-----	-----
Total da dívida líquida	60.553	44.197	743.579	620.949
	-----	-----	-----	-----
Total do patrimônio líquido	995.992	1.062.366	1.671.583	1.651.192
	-----	-----	-----	-----
Total da dívida líquida e patrimônio líquido	1.056.545	1.106.563	2.415.162	2.272.141
	=====	=====	=====	=====

21. OUTRAS, LIQUIDAS

A composição de “Outras, líquidas” na demonstração do resultado é como segue:

	Consolidado	
	2013	2012
Resultado na alienação de ativos intangíveis	-	75.715
Resultado na venda de imóveis disponíveis para venda	11.761	6.941
Outros	6.559	(4.598)
	-----	-----
	18.320	78.058
	=====	=====

Em junho de 2012, a controlada indireta SGUS vendeu a marca Wamsutta. A SGUS manterá os direitos de comercializar a marca Wamsutta na América do Sul e de buscar oportunidades de licenciamentos fora da América do Norte.

22. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais, com o objetivo de como alocar recursos para um segmento individual e avaliar seu desempenho. Tendo em vista que as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos, bem como a avaliação de desempenho dos investimentos e dos principais executivos da Companhia são feitas separadamente em cada controlada direta e indireta, a Companhia e suas controladas concluíram que possuem três segmentos operacionais.

A controlada SGPSA possui diversas fábricas que se suprem entre si de forma que, em seu conjunto, formam uma indústria integrada de fiação, tecelagem, acabamento e confecção de produtos têxteis para o lar. Não há na Companhia a segmentação operacional entre as categorias de vendas, sendo os relatórios suportes à tomada de decisões estratégicas e operacionais sempre consolidados. Não há unidades operacionais específicas para cada categoria de produtos vendidos. e portanto essas operações estão sob a denominação de

segmento de “Atacado”, pois seus produtos são vendidos para clientes que não são os consumidores finais. O segmento de Atacado se subdivide em dois subsegmentos: América do Sul, que inclui as operações no Brasil e Argentina e América do Norte, que inclui as operações nos Estados Unidos da América e Canadá.

As controladas indiretas MMartan e ASW, que hoje se constituem na AMMO, possuem um conjunto de informações isoladas e decisões de investimentos, preços, expansão de lojas, entre outros, que são tomadas à parte e se constituem no segmento “Varejo”, pois suas vendas são realizadas aos consumidores finais dos produtos.

A controlada indireta CTS possui três fábricas que se suprem entre si de forma que, em seu conjunto, formam uma indústria integrada de fiação, tecelagem e acabamento de tecidos planos (“Brins”) utilizados principalmente para o vestuário. Não há na Companhia a segmentação operacional entre as categorias de vendas, sendo os relatórios suportes à tomada de decisões estratégicas e operacionais sempre consolidados. Não há unidades operacionais específicas para cada categoria de produtos vendidos. Abaixo a Companhia apresenta as informações por segmento (expressas em milhões de Reais):

	2013						
	América do Sul				América do Norte	(*) Outros não alocáveis	Total
	Atacado	Varejo	Brins	Total	Atacado		
Vendas líquidas	1.051,9	248,0	385,1	1.685,0	713,1	-	2.398,1
Custo dos produtos vendidos	(765,8)	(128,3)	(294,6)	(1.188,7)	(637,2)	-	(1.825,9)
Lucro bruto	286,1	119,7	90,5	496,3	75,9	-	572,2
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(199,6)	(154,8)	(55,2)	(409,6)	(67,8)	(27,6)	(505,0)
Equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	5,5	5,5
Outras, líquidas	3,6	(3,2)	13,0	13,4	7,0	(2,1)	18,3
Resultado operacional	90,1	(38,3)	48,3	100,1	15,1	(24,2)	91,0
Resultado financeiro	-	-	-	-	-	(101,4)	(101,4)
Resultado antes dos impostos	90,1	(38,3)	48,3	100,1	15,1	(125,6)	(10,4)
Depreciação e amortização	72,1	12,2	12,5	96,8	7,2	2,8	106,8
Total de ativos	1.918,8	237,3	416,9	2.573,0	356,8	250,7	3.180,5
Total de passivos	(904,2)	(172,9)	(144,5)	(1.221,6)	(379,4)	92,1	(1,508,9)
Total de ativos (passivos) líquidos	1.014,6	64,4	272,4	1.351,4	(22,6)	342,8	1.671,6

	2012						
	América do Sul				América do Norte	(*) Outros não alocáveis	Total
	Atacado	Varejo	Brins	Total	Atacado		
Vendas líquidas	884,3	227,5	371,6	1.483,4	561,8	-	2.045,2
Custo dos produtos vendidos	(669,5)	(119,6)	(274,2)	(1.063,3)	(482,5)	-	(1.545,8)
Lucro bruto	214,8	107,9	97,4	420,1	79,3	-	499,4
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(158,0)	(146,1)	(51,4)	(355,5)	(47,1)	(31,8)	(434,4)
Equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	(15,2)	(15,2)
Outras, líquidas	(5,4)	(6,3)	6,3	(5,4)	85,0	(1,6)	78,0
Resultado operacional	51,4	(44,5)	52,3	59,2	117,2	(48,6)	127,8
Resultado financeiro	-	-	-	-	-	(105,0)	(105,0)
Resultado antes dos impostos	51,4	(44,5)	52,3	59,2	117,2	(153,6)	22,8
Depreciação e amortização	68,6	8,8	10,8	88,2	4,9	4,2	97,3
Total de ativos	1.903,7	205,4	324,9	2.434,0	380,3	296,1	3.110,4
Total de passivos	(861,0)	(93,5)	(79,9)	(1.034,4)	(410,5)	(14,3)	(1.459,2)
Total de ativos (passivos) líquidos	1.042,7	111,9	245,0	1.399,6	(30,2)	281,8	1.651,2

(*) Referem-se a despesas da Companhia (controladora) e de controladas não operacionais, equivalência patrimonial de coligadas e resultado financeiro não alocável.

As controladas da Companhia, em suas análises sobre o desempenho de vendas, classificam seus produtos de acordo com as categorias de venda (ou linhas de produtos) como: cama, mesa e banho, utility bedding, produtos intermediários, e outros. Informações de venda por categoria ou linha de produtos:

	Consolidado	
	2013	2012
Vendas líquidas (em milhões de Reais):		
Cama, mesa e banho	1.121,3	755,6
Utility bedding	424,0	318,9
Produtos intermediários	604,8	590,2
Outros	248,0	380,5
	2.398,1	2.045,2
Volumes (toneladas mil):		
Cama, mesa e banho	49,4	35,9
Utility bedding	38,2	32,2
Produtos intermediários	51,1	54,6
	138,7	122,7

A Companhia possui mais de 13.000 clientes ativos em 31 de dezembro de 2013 e apenas um cliente concentra vendas em torno de 10% das vendas líquidas.

23. DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado consolidado por função. A seguir apresenta as despesas por natureza e sua classificação por função.

Por natureza:

	Consolidado	
	2013	2012
Custo das matérias primas, materiais e serviços adquiridos	(1.601.355)	(1.322.623)
Benefícios a empregados	(455.937)	(355.636)
INSS	(36.486)	(43.351)
Depreciação e amortização	(106.819)	(97.311)
Variação dos estoques de produtos acabados e em processo	(53.443)	(74.804)
Variação cambial nos estoques de controlada no exterior	16.970	11.301
Outros custos e despesas	(93.845)	(97.759)
	-----	-----
Total por natureza	(2.330.915)	(1.980.183)
	=====	=====

Por função:

	Consolidado	
	2013	2012
Custo dos produtos vendidos	(1.825.898)	(1.545.753)
Vendas	(332.732)	(274.204)
Gerais e administrativas	(160.403)	(150.269)
Honorários da administração	(11.882)	(9.957)
	-----	-----
Total por função	(2.330.915)	(1.980.183)
	=====	=====

24. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita operacional líquida apresentada na demonstração de resultado:

	Consolidado	
	2013	2012
RECEITA OPERACIONAL:		
Vendas brutas	2.959.103	2.536.983
Deduções das vendas	(560.963)	(491.833)
	-----	-----
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	2.398.140	2.045.150
	=====	=====

25. PREJUÍZO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO

O cálculo do prejuízo básico por ação foi calculado como segue:

	Controladora	
	2013	2012
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS	(19.917)	(9.374)
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	-	(88.874)
	-----	-----
	(19.917)	(98.248)
Número médio ponderado de ações:		
Ordinárias	54.500.240	43.530.858
Preferenciais	68.063.674	73.021.533
	-----	-----
	122.563.914	116.552.391
PREJUÍZO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO - R\$		
Nas operações continuadas	(0,1625)	(0,0804)
Nas operações descontinuadas	-	(0,7626)
Total por ação ordinária e preferencial	(0,1625)	(0,8430)
	=====	=====

O número médio ponderado de ações foi calculado com base no número total de ações em circulação, ajustado pelas emissões, resgates e cancelamentos do período.

A Companhia não possui ações com potencial efeito dilutivo. Portanto, o prejuízo básico por ação é igual ao prejuízo diluído por ação.

26. OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

A administração da controlada SGPSA decidiu descontinuar algumas operações de sua controlada indireta norte-americana (SGUS). Essas operações representam os negócios referentes às linhas de produtos cama, mesa e banho com as marcas próprias e de terceiros. As operações de “utility bedding” e as operações da controlada canadense continuarão operando.

Em conexão com a descontinuidade de algumas operações da controlada indireta SGUS, a qual importava direta ou indiretamente a totalidade da produção da controlada indireta CSA destinada ao mercado norte americano, a controlada indireta CSA também anunciou programa de readequação de sua capacidade fabril aos mercados interno e do Mercosul, anunciando investimentos na transformação de 3 unidades fabris em polos de desenvolvimento urbano. As unidades de: (i) São Gonçalo do Amarante, RN; (ii) matriz em Montes Claros, MG; e (iii) parte da unidade em Blumenau, SC serão transformadas em áreas de desenvolvimento urbano, com construção de conjuntos residenciais, escritórios e shopping centers com fortes investimentos na construção civil, comércio e serviços. Os investimentos poderão ser próprios ou de terceiros.

Parte das máquinas e equipamentos dessas unidades está sendo realocada para outras unidades fabris e o restante dos equipamentos, incluindo os equipamentos que foram substituídos de outras unidades fabris, foi classificado na rubrica “Imobilizado disponível para venda”, pelo seu valor de mercado, quando inferior ao valor do custo residual (vide nota 8.b).

Os imóveis e instalações continuam classificados nas rubricas originais do ativo imobilizado, tendo-se em conta que seu valor residual é inferior aos valores de realização orçados nos

projetos de urbanização acima mencionados, e que se constituirão futuramente em investimentos nos respectivos projetos.

No decorrer do exercício de 2012, foram implementadas todas as medidas para a adequação dos parques fabris remanescentes, e as unidades da controlada indireta CSA, destinadas aos projetos imobiliários, também tornaram-se totalmente disponíveis. A Administração da controlada CSA está em negociação com parceiros interessados na viabilização dos projetos.

Em 2013, não houve despesas ou transações envolvendo operações descontinuadas.

27. EFEITOS DA APLICAÇÃO DO CPC 33(R1) E IAS 19 (REVISADO 2011) EM 2013

Conforme determinado pelo CPC e CVM, a partir do exercício financeiro a iniciar-se em 1º de janeiro de 2013, os ganhos e perdas atuariais em planos de aposentadoria reconhecidos como lucros e perdas até 31 de dezembro de 2012, não mais transitarão pela demonstração de resultado, passando a ser reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, como “Outros resultados abrangentes”.

Não há efeitos nas contas patrimoniais uma vez que os ganhos e perdas já eram reconhecidos anualmente no passivo. A Companhia reclassificou o valor de R\$20.961 referente às perdas atuariais em planos de aposentadoria acumulados até 31 de dezembro de 2012 (R\$18.350 até 31 de dezembro de 2011), reconhecidos anteriormente como lucros e perdas e, portanto, em “Prejuízos acumulados”, para a conta de “Ajuste de avaliação patrimonial” no patrimônio líquido.

Os valores correspondentes, controladora e consolidado, referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no pronunciamento técnico CPC 23, na norma internacional IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, no pronunciamento técnico CPC 26 (R1) e na norma internacional IAS 1 (Revisada 2007) - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

A seguir, a Companhia apresenta o impacto dessa aplicação nas demonstrações do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, sob o título “ajustado”:

	Controladora			Consolidado		
	Apresentado	Ajuste	Ajustado	Apresentado	Ajuste	Ajustado
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	-	-	-	2.045.150	-	2.045.150
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	-	-	-	(1.545.753)	-	(1.545.753)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
LUCRO BRUTO	-	-	-	499.397	-	499.397
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS:						
De vendas	-	-	-	(274.204)	-	(274.204)
Gerais e administrativas	(25.098)	-	(25.098)	(150.269)	-	(150.269)
Honorários da administração	(1.682)	-	(1.682)	(9.957)	-	(9.957)
Equivalência patrimonial	153	4.471	4.624	(15.166)	-	(15.166)
Outras, líquidas	(1.478)	-	(1.478)	70.790	7.268	78.058
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
RESULTADO OPERACIONAL	(28.105)	4.471	(23.634)	120.591	7.268	127.859
Despesas financeiras – juros e encargos	(5.811)	-	(5.811)	(86.254)	-	(86.254)
Despesas bancárias, impostos, descontos e outros	(1.642)	-	(1.642)	(49.729)	-	(49.729)
Receitas financeiras	16.905	-	16.905	30.965	-	30.965
Variações cambiais, líquidas	4.840	-	4.840	(6)	-	(6)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	(13.813)	4.471	(9.342)	15.567	7.268	22.835
Provisão para imposto de renda e contribuição social:						
Corrente	(32)	-	(32)	(17.177)	-	(17.177)
Diferido	-	-	-	668	-	668
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO						
PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS	(13.845)	4.471	(9.374)	(942)	7.268	6.326
Equivalência patrimonial proveniente das operações descontinuadas de controlada	(88.874)	-	(88.874)	-	-	-
Resultado proveniente das operações descontinuadas de controlada	-	-	-	(135.350)	-	(135.350)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(102.719)	4.471	(98.248)	(136.292)	7.268	(129.024)
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

* * * * *